



PROJETOS DE CAPACITAÇÃO
IN COMPANY

**PROJETO IV – LICITAÇÕES E CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS
DE ACORDO COM A IN Nº 05/17 E COM OS ENTENDIMENTOS DO TCU**



Curso 1:

**COMO ELABORAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DOS
PREÇOS DE ACORDO COM A IN Nº 05/17 E COMO
JULGAR A LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SER-
VIÇOS CONTÍNUOS**

Carga horária: 24h



Curso 2:

**FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE
SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO
COM A IN Nº 05/17**

Carga horária: 24h



Curso 1:

COMO ELABORAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DOS PREÇOS DE ACORDO COM A IN Nº 05/17 E COMO JULGAR A LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS

Carga horária: 24h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Conhecer os aspectos polêmicos da formação da planilha que impactam na sua elaboração e no julgamento da licitação.
- Conhecer a formação dos custos da planilha de preços e os encargos previdenciários, trabalhistas e tributários.
- Exercitar o memorial de cálculo da planilha de custos da IN nº 05/17.
- Conhecer os principais entendimentos do TCU e dos tribunais trabalhistas que impactam na formação dos preços dos serviços comuns e contínuos.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- A nova estrutura da contratação de acordo com a IN nº 05/17 e a importância da fase do planejamento
- Pesquisa de preços de acordo com a IN nº 05/14 alterada pela IN nº 03/17
- Exercício com memorial de cálculo da planilha de custos da IN nº 05/17 da SEGES/MP – Aspectos trabalhistas, previdenciários e tributários
- Repercussões da IN nº 05/17 na planilha de custos e formação de preços
- Conta vinculada – Demonstrativo dos itens na planilha
- Jornada de trabalho
- Intervalo intrajornada
- Impactos das alterações da Reforma Trabalhista na planilha de preços
- Regimes de tributação e composição da planilha
- Ingerências indevidas na formação dos preços privados
- Encargos variáveis – O que pode ser exigido e como julgar a planilha do licitante.
- Salário e benefícios dos empregados envolvidos na prestação dos serviços – Regra de edital X Piso da categoria X Direitos previstos em convenção coletiva
- Análise de exequibilidade dos preços no julgamento da licitação – O que é fixo e o que pode variar
- Acórdão nº 1.214/2013 do Plenário do TCU – Percentuais mínimos de exequibilidade
- Erros na planilha – Como e o que sanear
- Principais entendimentos da jurisprudência trabalhista e do TCU

PÚBLICO-ALVO:

Pregoeiros e membros de equipes de apoio, membros de comissões de licitação, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, gestores de contratos, profissionais de controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de terceirização de serviços da Administração Pública.



Curso 2:

FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A IN Nº 05/17

Carga horária: 24h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Conhecer os procedimentos e documentos da fiscalização dos contratos de terceirização.
- Conhecer as principais providências, os cuidados e os documentos a serem exigidos para a fiscalização eficiente dos contratos de terceirização de serviços, incluindo a criação e a gestão da conta vinculada para provisionamento de verbas trabalhistas.
- Conhecer os principais riscos trabalhistas da Administração Pública e os documentos e as cautelas para preveni-los.
- Conhecer os principais entendimentos do TCU e da jurisprudência trabalhista que impactam na fiscalização dos contratos de terceirização.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Repercussões da IN nº 05/17 em relação à fiscalização dos contratos de terceirização
- Prevenção da responsabilidade trabalhista e prevenção da responsabilidade previdenciária
- Atribuições do gestor, dos fiscais técnico, administrativo, setorial e público usuário
- Regime jurídico-administrativo – Documentos exigidos no início do contrato, mensalmente e anualmente
- Ateste da nota fiscal – Documentos e procedimento
- IMR - Instrumento de medição de resultado
- Glosa e retenção de pagamento – Hipóteses de cabimento
- Pagamento direto aos empregados e depósito na Justiça do Trabalho
- Prorrogação e condições específicas previstas na IN nº 05/17
- Repactuação, reajuste e revisão
- Reajuste por índice para insumos e materiais
- Procedimento da repactuação e perda do direito
- Regime trabalhista – Diretrizes e previstas na IN nº 05/17
- Criação da conta vinculada para depósito de verbas trabalhistas e pagamento pelo fato gerador
- Entendimentos do TCU, da AGU e dos tribunais trabalhistas

PÚBLICO-ALVO:

Fiscais e gestores do contrato, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, profissionais de controles interno e externo, pregoeiros e membros de equipes de apoio, membros de comissões de licitação e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de terceirização de serviços da Administração Pública.